

DOS INDEPENDENTISTAS AOS BALAIOS: A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS LUTAS POLÍTICAS NO MARANHÃO IMPERIAL (1823-1841)

 10.5935/2177-6644.20210009

FROM THE INDEPENDENTISTS TO THE
BALAIOS: POPULAR PARTICIPATION IN
SOCIAL AND POLITICAL CONFLICTS IN
19TH CENTURY MARANHÃO

DE LOS INDEPENDIENTES A LOS
BALAIOS: LA PARTICIPACIÓN POPULAR
EN LAS LUCHAS SOCIALES Y POLÍTICAS
EN EL MARANHÃO DEL SIGLO XIX

Elizabeth Sousa Abrantes *

 <https://orcid.org/0000-0002-4087-0057>

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus **

 <https://orcid.org/0000-0001-8913-3966>

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a participação popular nas lutas sociais e políticas no período que corresponde à construção da nova ordem imperial no Maranhão, da adesão à Independência (1823) à revolta da Balaiada (1838-1841), uma vez que as interpretações conservadoras tentaram minimizar a importância das guerras pela independência e também a participação popular nesses conflitos que marcaram as primeiras décadas do Estado nacional brasileiro.

Palavras-chave: Processo de Independência. Participação Popular. Balaiada. Maranhão.

Abstract: This paper aims to analyze popular participation in social and political conflicts in the period that corresponds to the construction of the new imperial order in Maranhão, from the adherence to Independence (1823) to the Balaiada revolt (1838-1841), since conservative interpretations tried to minimize the importance of the wars for independence and also the popular participation in these conflicts that marked the first decades of the Brazilian national state.

Key-words: Independence Process. Popular Participation. Balaiada. Maranhão.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo analizar la participación popular en las luchas sociales y políticas en el período que corresponde a la construcción del nuevo orden imperial en Maranhão, desde a la adhesión la Independencia (1823) a la revuelta de Balaiada (1838-1841), una vez que la interpretaciones los conservadores intentó minimizar la importancia de las guerras por la independencia y también la participación popular en estos conflictos que ocurrió las primeras décadas del estado nacional brasileño.

Palabras-clave: Proceso de Independencia. Participación Popular. Balaiada. Maranhão.

* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Adjunta do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação História, Ensino, Narrativas (Mestrado Profissional - UEMA).  <http://lattes.cnpq.br/7559467621216584> - E-mail: bethabrantes@yahoo.com.br

** Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).  <http://lattes.cnpq.br/1475424753641704> - E-mail: yuri_alhadef@hotmail.com

Introdução

Na historiografia brasileira, as interpretações tradicionais apresentaram a Independência do Brasil de forma amistosa, como se todas as regiões aderissem quase de imediato ao grito do Ipiranga, ou, mesmo naquelas que resistiram por mais tempo, prevalecesse o sentimento pátrio e de união¹. Nessas interpretações, predomina o silenciamento em relação às camadas populares, excluindo-as desse processo. Na perspectiva da escrita da história dos “grandes homens”, as camadas populares foram relegadas ao esquecimento e alguns indivíduos, como D. Pedro I, alçados à figura de heróis.

A Independência política do Brasil, na forma como se deu a ruptura oficial com a metrópole, resultou da aliança do Príncipe Regente com as elites, resultando em um modelo político em que o poder ficou nas mãos dessas elites, negando a participação política das camadas populares:

A independência do Brasil é fruto da aliança entre a elite e o príncipe Regente. Quanto às camadas populares, lhes é negada uma maior participação política, e dessa forma não podem influir no que é decidido e muito menos obter favorecimento. O resultado é um modelo político de exclusão, onde o controle fica nas mãos da elite (grandes proprietários e grandes comerciantes) (ABRANTES, 1996, p. 10).

Ao analisarmos o processo de Independência no Maranhão, culminando com a guerra da Balaiada, temos o objetivo de enfatizar a participação popular nesse processo. Os conflitos que surgiram no seio das elites maranhenses envolveram as principais famílias² em torno das “disputas pelo monopólio dos principais fatores de poder: a Câmara, o ‘povo’ e as forças armadas da capital” (ASSUNÇÃO, 2003, p. 203 grifo nosso).

O clima em São Luís nesse período da independência era de intensos conflitos políticos, com trocas de acusações e hostilidades, sendo considerável a presença portuguesa na capital:

[...] São Luís contava não apenas um grande número de portugueses de condição modesta, como os caixeiros trabalhando na Praia Grande ou os funcionários públicos, mas também uma numerosa população de homens e mulheres “de cor”. Estes eram desdenhosamente chamados de “cabras” pelos portugueses, enquanto “marinheiros” era a alcunha injuriosa usada pelos patriotas para designar aos portugueses (ASSUNÇÃO, 2003, p. 203).

Quando se trata das manifestações populares pós-independência, dois movimentos sociais se destacam: a Setembrada (1831-1832) e a Balaiada (1838-1841). Sobre este último movimento, há autores na perspectiva da historiografia tradicional que olham os rebeldes balaios como bandidos (MAGALHÃES, 1848; AMARAL, 1898, 1900, 1906), e da historiografia revisionista, tanto os historiadores diletantes (CARVALHO, 1924; SERRA, 1946) como os historiadores de profissão

¹ Ver VARNHAGEN, 2010 (1ª Ed. - 1916).

² A Guerra dos 3 Bês” (1824) envolveu as famílias Burgos, Bruce e Belfort.

(SANTOS, 1983; ASSUNÇÃO, 1988, 1998, 2003, 2005) veem os balaios como rebeldes lutando por justiça social.

Diante dessas produções historiográficas regionais e nacionais, queremos mostrar o processo de Independência maranhense, questionando a visão historiográfica tradicional de um processo amistoso e, sobretudo, destacar o Maranhão nesse processo como uma província que resistiu à adesão imediata à independência, analisando as motivações, o contexto, as disputas intra-oligárquicas que abriram espaço para a participação popular.

Discutiremos as categorias de bandidos, marginais, vadios, geralmente encontradas nos documentos da época para se referir aos livres pobres, e como a historiografia tradicional, preocupada em registrar a história dos “grandes homens”, se posicionou em relação aos segmentos populares. Ao caracterizarmos esses excluídos da história utilizaremos os conceitos trabalhados por Hobsbawm em sua obra *Bandidos* (2010), em que analisa o banditismo social³, a fim de perceber nas ações populares formas de reação às injustiças sociais que sofriam, vistos como cidadãos de segunda classe e como um perigo à ordem social. “[...] o ladrão nobre inicia sua carreira de marginalidade não pelo crime, mas como vítima de injustiça social, ou sendo perseguido pelas autoridades devido a algum ato que estas, mas não o costume popular, consideram crime” (HOBSBAWM, 2010, p. 68).

O ladrão nobre “não é inimigo do rei ou imperador, fonte de justiça, mas apenas da nobreza, do clero e de outros opressores locais” (HOBSBAWM, 2010, p. 69). Estabelecendo um paralelo com os balaios, os revoltosos desse período não eram inimigos do imperador, pois quando os balaios ocupam Caxias e fazem suas proclamações escritas, afirmam “fidelidade à religião católica, à Constituição, a D. Pedro II” (ENGEL, 2008, p. 73).

A historiografia maranhense tradicional por muito tempo negligenciou um fato marcante na história dessa região, como se o processo de Independência houvesse ocorrido de forma pacífica, não dando ênfase ao processo de participação e luta das camadas populares, limitando a análise do processo da independência à década de 1820. A primeira autora que faz essa ligação entre a Independência e as lutas que se seguem e culminam com a Balaiada é Carlota Carvalho, em sua obra *O Sertão*, de 1924.

O conceito de “povo” que será utilizado neste trabalho “refere-se claramente à camada da população privada de direitos políticos, a massa dos não-cidadãos” (ASSUNÇÃO, 2003, p. 203). Ou seja, cidadãos seriam aqueles que possuíam direitos políticos, os chamados “homens bons”.

³ Segundo Hobsbawm (2010), o termo tem origem no italiano *bandito*, que em síntese significa banido.

Nessa perspectiva, a historiadora Janotti faz a distinção entre balaios e bem-te-vis para diferenciar os segmentos sociais que participaram da revolta.

[...] Os balaios, homens do sertão e marginalizados em geral, [...] Os bem-te-vis – oriundos, em sua maior parte, da população das vilas e povoados, incluíam oficiais e soldados desertores da Guarda Nacional, políticos do Ceará e Piauí, membros do partido liberal, juízes de paz, etc. [...] Esta distinção entre balaios e bem-te-vis tem como principal fundamento tanto os motivos que levaram os indivíduos a se engajar na luta, quanto sua origem social, embora não pretenda estabelecer limites rigorosos (JANOTTI, 1987, p. 56-57).

E esses bem-te-vis, também chamados de liberais, tinham conflitos com os cabanos, pertencentes ao partido dos conservadores.

No Maranhão, em 1838, a incandescência dos ânimos havia levado a Revolução ao momento da explosão inevitável. Aí os liberais eram cognominados bem-te-vis do título de um jornal que pregava o liberalismo reacionário e um nativismo intransigente. [...] A contenda que vinha travada desde muitos anos entre bem-te-vis e cabanos, como se apelidavam os partidos da província, passou para a luta armada (CARVALHO, 2011, p. 147).

Pelo exposto, destacamos a participação popular nas lutas políticas ocorridas no Maranhão, tendo como exemplos os movimentos de Independência e a Balaiada, apresentando os segmentos envolvidos nesses processos a fim de compreender um pouco mais a complexidade desse período.

A Independência no Maranhão

A sociedade brasileira imperial se caracterizou por ser escravista, excludente e com ares de fidalguia por parte de suas elites, que tentava seguir um estilo de vida à moda da nobreza europeia em terras tropicais. Esses indivíduos recém-saídos do Antigo Regime⁴ herdaram alguns de seus padrões de vida, vivendo em torno de títulos e cargos públicos e deixando o povo à margem da política. Ao longo do século XIX, a monarquia brasileira foi se caracterizando pela centralização política, em que havia um governo central situado no Rio de Janeiro. Especialmente no pós-independência, em um momento de construção da nova ordem política e menos controle do governo central, foram acirradas as disputas das elites pelo poder. Medidas autoritárias se sucederam e vários movimentos de contestação e reação à nova ordem, de caráter regional e local, tiveram a participação popular, incluindo lideranças populares, como o que ocorreu no Maranhão com a

⁴“Foi um conceito para retratar a dinâmica das sociedades ocidentais, nos séculos XVI a XVIII, marcado por um período de grandes mudanças com a mercantilização das relações econômicas, com a formação dos Estados Modernos, com a secularização do pensamento e o avanço da alfabetização. No Brasil foi ignorado pelos clássicos da historiografia, mas vem sendo usado pelos novos pesquisadores saídos dos cursos de pós-graduação. A sociedade aparecia hierarquizada e nem sempre a riqueza exercia o papel determinante e na qual era a busca da distinção que comandava as aspirações de ascensão social. E os que enriqueciam gastavam muitos em títulos para viverem a moda da nobreza” (NEVES, VAINFAS, 2000, p. 43-46).

revolta da Balaiada.

O período regencial foi profundamente marcado pelo agravamento de manifestações e revoltas em todo o Império, caracterizadas por ampla diversidade social e política. Incluíram desde quartelas, em geral lusófonas, até confrontos entre facções locais ou regionais da classe senhorial, as quais se somaram rebeliões envolvendo pobres, libertos, escravos e quilombolas (ENGEL, 2008, p. 623).

A participação popular nas lutas políticas no Maranhão imperial (1823-1841) no período pós-independência foi omitida pela historiografia tradicional, em uma tentativa de consolidar a imagem de que as camadas populares não passavam de rebeldes, desordeiros, vadios, bandidos, dentre outros adjetivos de conotação pejorativa. Esses grupos de indivíduos ficaram à margem da história, esquecidos pela historiografia. No entanto, estudos recentes apontam uma nova leitura sobre a participação popular nas lutas políticas do Maranhão pós-independente, a exemplo dos estudos do historiador Matthias Assunção que abordam as lutas políticas no período pós-independência, com destaque para a Balaiada, também conhecida como Guerra dos Bem-te-vis. Esta última denominação era devido o envolvimento de membros do partido liberal na revolta e da influência do ideário liberal nas reivindicações dos rebeldes oriundos das camadas populares⁵.

Ao observarmos o Maranhão a partir de 1823, atentamos ao conflito ocorrido para a adesão ao processo de independência do Brasil em relação a Portugal, sua então metrópole: “A independência do Brasil foi feita aos poucos. Bem depois do famoso Grito do Ipiranga, um bom pedaço do país mantinha-se fiel ao Império português. O Maranhão foi uma das últimas províncias a aderir ao “chamado” de D. Pedro I. E não sem resistência” (GALVES, 2008, p. 01).

A “Adesão” do Maranhão ao processo de Independência do Brasil é marcada por peculiaridades ao se comparar com as demais regiões da colônia portuguesa. O grito de Independência do sete de setembro não fez com que todas as províncias aderissem de imediato a esse processo, e o Maranhão é um exemplo dessas províncias. Quando se trata dessa Independência maranhense, alguns aspectos chamam a atenção sobre como esse episódio se desenrolou para que essa província acatasse os mandos do Sul do Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro, então sede do governo. O autor Matthias Assunção elenca certos fatores que definem essa particularidade do Maranhão:

Por que o processo no Meio-Norte foi diferente? Primeiro é necessário apontar para o fator geopolítico: São Luís, quanto a transporte, ficava mais próxima a Lisboa do que do Rio de Janeiro. Segundo, a formação social específica das capitanias do Meio-Norte. O Maranhão

⁵ Os adeptos do partido liberal no Maranhão ficaram conhecidos como bem-te-vis desde a publicação do jornal *O Bemtevi*, de Estevão Rafael de Carvalho, o qual tinha como símbolo o pássaro bem-te-vi. O jornal teve 29 números, circulando de julho a outubro de 1838.

era uma capitania antiga fundada no início do século XVII, baseado no trabalho dos indígenas. Apenas no último quarto do século XVIII a grande lavoura de algodão e arroz se desenvolveu baseada no trabalho de escravos africanos [...] (ASSUNÇÃO, 2005, p. 346).

Essas são algumas características que nos ajudam a entender por que a Independência maranhense se deu de maneira distinta das outras províncias. Ainda, segundo Matthias Assunção (2003), torna-se difícil saber quando a Independência de fato terminou devido à grande instabilidade que o Maranhão passou. Essa situação mobilizou muitos soldados, sendo recrutados ou voluntários. No Maranhão, a historiografia destaca a presença das tropas vindas do Piauí e Ceará na luta pela causa brasileira, adentrando pelo interior da província até chegar ao litoral.

Vale ressaltar que a luta pela Adesão maranhense vai acontecer de forma não amigável, e muitas serão as divergências devido a muitos interesses estarem em jogo. As elites brigavam entre si pelo poder local e regional gerando grandes conflitos que só aumentava mais a guerra civil, fazendo com que esse período fosse marcado por violência.

Com esses muitos conflitos, abriram-se espaço para uma intensa mobilização popular a favor da Independência. Os grupos rebeldes eram compostos por homens livres e escravos, brancos, caboclos, pardos e negros. Isso, levou as elites maranhense a ter medo de acontecer o mesmo que no Haiti⁶, com receio que houvesse uma grande revolta de escravos. Sendo assim, “o medo do ‘Haiti’ era mais do que isso. Virou metáfora para descrever uma situação de anarquia de conflitos entre os diversos segmentos que compunham a sociedade maranhense e que ameaçavam – na visão da elite – destruir a ordem existente” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 348).

Disputa entre as elites pelo poder e a participação popular

Com o fim da velha ordem colonial, entre 1820-23, houve várias divergências pelo controle do poder local e regional. As elites de São Luís e do vale do baixo Itapecuru conseguiram exclusividade do poder regional, descartando os demais segmentos da elite provincial, a exemplo dos grupos de Caxias. A primeira junta de governo provisório era composta praticamente pelas famílias Bruce, Burgos e Belfort.

Os líderes do “exército patriota” vindos do Ceará e Piauí foram impedidos de usufruir da sua vitória, não tendo participação na Junta provisória, e mesmo reivindicando só receberam seus pagamentos em soldos. Uma segunda junta foi criada e os procedimentos e a sua composição foram quase iguais aos da primeira. Nela se configurou a exclusão de grupos de elite do poder regional, decorrente entre outros aspectos de causas naturais, devido às distâncias e obstáculos que os

⁶“Revolta de escravos que ocorreu na ilha do Haiti, colônia francesa no Caribe (continente americano), em 1791, “embalados pelo ideal de liberdade e igualdade pregado pela Revolução Francesa” (LYRA, 2012, p. 24).

fazendeiros do centro-sul maranhense enfrentavam para manter a comunicação com a sede do poder político e administrativo, em São Luís.

As elites do sertão eram insatisfeitas em relação à política regional, mas o mesmo não acontecia nas áreas do grande Golfão e em São Luís. Nesta região, as famílias disputavam o poder, levando a um conflito conhecido com a Guerra dos 3 Bês⁷.

As disputas pelo poder regional levaram as elites de São Luís e do baixo Itapecuru a excluírem as elites locais de áreas mais afastadas do centro político da capital São Luís. A intensificação desses conflitos dentro das próprias elites resultou em uma polarização ideológica crescente, o que vai impactar profundamente a maneira como as classes subalternas da província vão ser integradas à política moderna (ASSUNÇÃO, 2003).

Os fazendeiros faziam parte dos dois partidos, tanto do liberal quanto do conservador. Os fazendeiros do baixo Itapecuru tendiam a apoiar muito mais o partido conservador, enquanto que no sul da província e em Alcântara (litoral ocidental) era o partido liberal o mais forte devido à oposição feita ao centralismo na capital São Luís.

O governo de Miguel dos Santos Freire e Bruce⁸ apresenta uma política radical antilusitana. Nessa administração, decretou-se a expulsão dos portugueses que eram solteiros, sem que o governo procurasse amenizar os excessos cometidos pela população “de cor” contra os ricos portugueses, como os “lustros” que durante sua presidência houve em grande quantidade. Isso despertava medo nas elites maranhense que tinham algum vínculo com esses portugueses, quer fosse comercial ou familiar (ASSUNÇÃO, 2005).

A historiografia tem retratado a presidência de Bruce como sendo uma época de “desordens”, a exemplo de Lima (2008) que atribui ao curto tempo da sua administração a inquietação reinante, promovendo deposição, prisão e deportação de adversários, com destaque para os lusos. Essa leitura negativa é muito influenciada pelos registros contemporâneos dos inimigos de Bruce, a exemplo do padre Domingos Cadeville Velloso, conhecido como padre Cascavel, que escreveu um folheto denominado *Bruciana, época horrível no Maranhão* (1825).

O padre Cascavel “preparou um sermão de reflexões no qual o principal ponto relatava sobre os perigos que a instauração de uma república engendrava [...]” (SCHIEFLER, 2013, p. 22). Esse sermão tinha endereço certo: Miguel Bruce, o então presidente da província maranhense.

[...] para o padre, a república ligava-se a um formato no qual o povo dividia a renda e as receitas públicas, levando-se a convulsão social. Após o sermão, Cascavel foi preso, mas

⁷ Cf. SILVA, 2007.

⁸Bruce foi o primeiro presidente da província do Maranhão (1824) após sua adesão ao Império do Brasil.

liberado em dois dias. Sem espaço na Província, Domingos Cadeville vai para a Corte e, de lá, lançou panfletos com o intuito de narrar o processo político no Maranhão (SCHIEFLER, 2013, p. 22, grifo nosso).

No panfleto *Bruciana*, o autor faz menção de que governo de Bruce esperava contar inclusive com as forças de segmentos da sociedade tradicionalmente excluídos, como os indígenas, denotando mais um aspecto em que as elites não toleravam as medidas do então governante, principalmente as que envolviam qualquer tipo de participação popular.

Se os Chefes da Revolução, os mais encarniçados estão fora da Província, eles deixarão muitos perigosos rastilhos, Bruce saiu como um falso Profeta agourando desgraças, que ele mesmo havia predisposto no seu plano. *A última comoção feita pelos índios mostra que ele esperava a coadjuvação dos arcos, e das flechas*, e se foi infeliz no seu êxito pelas providencias dadas pelo Lord, não se deve julgar extinta (VELLOSO, 1825, p. 07, grifo nosso).

Segundo Assunção (2003), Bruce rompeu com o consenso intra-oligárquico de não envolver as classes subalternas na política, e quando tentou montar um exército popular e evitar sua deportação, foi acusado de manter ligações com os participantes da Confederação do Equador (1824)⁹. A deposição de Bruce foi feita por Lorde Cochrane, causando alívio nas classes proprietárias. O seu governo foi visto de maneira negativa pelas elites, devido sua falta de controle das camadas populares e até mesmo seu uso para impor medo aos adversários.

Depois deste episódio, tanto a forma republicana de governo quanto o liberalismo democrático radical passaram a ser desacreditadas entre as elites. A presidência de Bruce tornou-se o exemplo o dos ‘horrores da anarquia’ e assegurou o realinhamento de liberais exaltados. Daqui em diante os liberais exaltados aceitavam a monarquia (ASSUNÇÃO, 2003, p. 206).

Nesse período do pós-independência, vários segmentos da sociedade foram envolvidos, inclusive as classes populares que tinham a utopia de obterem alguma vantagem com esse processo de construção de uma nova ordem, de melhorias em suas condições de vida.

A situação política se estabilizou momentaneamente com a saída de Bruce, mas até 1825 ainda não haviam resolvido a questão da distribuição do poder entre as elites. Os portugueses que continuaram no Maranhão conseguiram se naturalizar como brasileiros e acabaram tendo os direitos iguais aos brasileiros natos, assim boa parte desses portugueses conseguiram recuperar seus postos e bens confiscados durante a guerra de independência. Isso causou ressentimentos no “povo”¹⁰ que em algumas ocasiões, como na Setembrada, rebelou-se contra os portugueses exigindo sua expulsão da província. A Setembrada foi um movimento antilusitano ocorrido em 1831 na cidade de São Luís, liderada por jovens liberais exaltados, estendendo-se também para o interior onde contou com

⁹ Sobre a participação de Bruce na Confederação do Equador, ver: GALVES, 2015b, v. 2, p. 21-51.

¹⁰ O povo aqui entendido como aqueles que não preenchiam os requisitos de cidadão e não eram assistidos pelo Estado.

a liderança popular de João Damasceno até o ano de 1832. Nessa revolta, os rebelados levantaram-se para expulsar os portugueses e demais autoridades identificadas com os interesses desse grupo:

Esse tipo de episódio explica por que, ainda em setembro de 1831, o povo de São Luís levantou-se para expulsar ‘os portugueses’ dos seus postos e da província. ‘Português’ designava o branco conservador, chamado também de cabano no Maranhão, que ainda ostentava toda a arrogância dos antigos colonizadores. Nesta altura, podia até tratar-se de um brasileiro nato, como os dois membros do Tribunal da Relação, cuja expulsão os rebeldes da Setembrada pediram (ASSUNÇÃO, 2003, p. 204).

A Setembrada (1831) foi uma rebelião urbana composta por diversos segmentos da sociedade, entre eles as camadas sociais mais baixas e militares dos quartéis, caracterizando “povo e a tropa¹¹”. Reunidos no Campo de Ourique exigiam do governo em forma de uma Representação medidas que expulsassem os portugueses do Maranhão, as quais logo foram acordadas e aparentemente atendidas pelo então presidente Cândido José de Araújo Viana. Não demorou muito para que os manifestantes percebessem que foram enganados, e, deste modo, em 19 novembro de 1831 voltaram a se rebelar.

Os anos que se passaram após a Independência no Maranhão foram marcados por agitações, disputas pelo poder que envolviam as elites nativas. Com efeito, o discurso antilusitanismo passava a ganhar força e o discurso liberal atiçava mais os ânimos dessa Província, na qual havia um discurso pela redução do poder dos portugueses nas instâncias políticas e econômicas. Os ideais liberais entrelaçavam alguns anseios das camadas populares (livres pobres, mestiços, escravos) e de outros setores sociais que se viam ameaçados e insatisfeitos com a monopolização portuguesa. A Setembrada expressa bem essas “alianças” frágeis e provisórias entre membros das elites liberais e camadas populares, surgindo líderes que representam tais perspectivas.

Dessa forma, surgiram alguns protagonistas nessa luta, com destaque para o liberal exaltado José Cândido de Moraes e Silva, redator do jornal *O Farol*, que fez uso da sua imprensa para combater o que considerava os excessos do governo e a influência portuguesa; Frederico Magno de Abranches, apontado como o fidalgote, conhecido por seu sentimento antilusitano mesmo sendo filho de um português; e a liderança popular do rebelde Antônio João Damasceno, responsável pela ida do movimento para fora da cidade de São Luís, estendendo para a região do Rosário, Itapecuru-Mirim, Munim, Vila da Manga do Iguará e Brejo. Cabe dizer que essa revolta geralmente é explicada como a “sementeira para a Balaiada” (SERRA, 1946; MEIRELES, 2001).

¹¹ A composição dos que acompanharam os líderes da Setembrada foram os cadetes, que se mostraram os mais radicais tendo à frente oficiais e inferiores da tropa de linha e o comandante da polícia, um patriota decidido (ABRANCHES, 1970).

Algumas interpretações sobre a participação popular na Balaiada

Muitas interpretações foram feitas sobre o movimento da Balaiada. “As diferentes interpretações da Balaiada surgem na época mesma do movimento e se articulam a luta entre os dois partidos políticos do Império, o conservador e o liberal” (ASSUNÇÃO, 1998, p. 71). Entre esses grupos políticos, ocorreram constantes lutas pelo poder, o que resultou em uma instabilidade política, com crises sociais e econômicas.

A Balaiada aconteceu na parte oriental da província do Maranhão, no Piauí e alcançou também o Ceará, entre os anos de 1838 a 1841, sendo uma das principais rebeliões ocorrida no período regencial, chamando a atenção pela diversidade das suas bases sociais e o caráter multiclassista:

A diversidade das bases dos revoltosos sugere a existência de três movimentos no interior da Balaiada. O caráter multiclassista expressou-se na própria amplitude geográfica da rebelião que abrangeu, no Sul do Maranhão e Piauí, os fazendeiros de gado liberais ou bem-te-vis – nome de um jornal liberal alusivo ao canto dos passarinhos –, e camada populares e escravos no vale do rio Itapecuru (Maranhão oriental) (ENGEL, 2008, p. 71).

Engel (2008, p. 71, grifos da autora) também destaca que o “conflito no seio das elites regionais deflagrou o movimento, opondo os *bem-te-vis aos cabanos* – denominação dada aos conservadores na região”. Esse conflito se agravou com as leis dos prefeitos (1838), que limitou a atuação dos juizes de paz e acirrou ainda mais os ânimos entre Bem-te-vis e Cabanos. Os três principais líderes da revolta e suas motivações para a participação no movimento, segundo a historiografia, são apontados pela autora:

O episódio que desencadeou as lutas armadas deu-se em 13 de dezembro de 1838, na vila da Manga no Maranhão. Raimundo Gomes, vaqueiro que administrava a fazenda do padre Inácio Mendes – alinhado aos bem-te-vis -, [...] quando alguns de seus homens, inclusive seu irmão, foram recrutados por ordem do subprefeito José Egito – cabano e adversário do seu patrão. [...] pouco depois, emergiu outro líder do movimento popular, [...] fabricante de cestos Manuel dos Anjos Ferreira; daí a sua alcunha de *balaião*. Aderiu a causa rebelde para vingar-se do estupro das suas filhas por um oficial das forças da repressão, afirma a maior parte da historiografia, ou para reagir ao recrutamento de seus filhos. [...] em novembro de 1839, somou-se uma insurreição de escravos, atingindo várias fazendas da região de Itapecuru-Mirim no Maranhão. [...] liderados pelo liberto Cosme Bento das Chagas – conhecido como Preto Cosme -, integrava as lutas contra a escravidão que marcaram profundamente a História do Maranhão (ENGEL, 2008, p. 72).

Durante o período desse conflito, os bem-te-vis e cabanos se atacavam na tribuna jornalística com acusações recíprocas sobre a responsabilidade pela revolta e seu crescimento.

Durante todo o período inicial da Balaiada, os bem-te-vis não cansaram de responsabilizar os cabanos pelo crescimento da revolta, pela ineficiência da administração, pela corrupção da Guarda Nacional e, aproveitando-se da insegurança geral, vaticinar um grande derramamento de sangue na província (JANOTTI, 1987, p. 53).

O primeiro a elaborar uma interpretação da Balaiada foi Domingos Magalhães (1848), por ter sido secretário do governo e contemporâneo da Balaiada deu uma visão que pôde ser considerada como “um exemplo de como a elite da época viu a Balaiada e os seus participantes” (ABRANTES, 1996, p. 53), ou seja, como bandidos, rebeldes e baderneiros.

O fato de ter presenciado a luta e ocupado um cargo, onde tem oportunidade de acompanhar as ações do governo e as reivindicações dos rebeldes, confere a sua interpretação um caráter de “verdade” que a historiografia tradicional ao procurar sempre contar a “verdadeira história”, considerou inquestionável e reproduziu exaustivamente (ABRANTES, 1996, p. 50).

Já o autor Ribeiro do Amaral, escrevendo no final do século XIX, tentou negar o apoio dado aos rebeldes pelo partido dos bem-te-vis:

Argumenta, utilizando artigos da ‘Crônica Maranhense’, que o partido liberal se colocou contra os rebeldes e a favor de todos aqueles que empunhassem armas para sufocar o movimento, e que o fato dos rebeldes se intitularem bem-te-vis não significa que fossem apoiados pelo partido Bem-te-vi (ABRANTES, 1996, p.55).

No entanto, o olhar de Ribeiro do Amaral sobre os rebeldes é semelhante ao de Domingos Magalhães: “Sua visão dos rebeldes em nada difere da de Domingos de Magalhães. Chama-os de bandidos, bando de sediciosos, salteadores, vindos da mais baixa ralé da sociedade, pessoas brutas e ignorantes” (ABRANTES, 1996, p. 57).

A autora Carlota Carvalho, escrevendo nas primeiras décadas do século XX, quando se referiu ao líder dos balaios defendeu suas ações, pois segundo ela “Raimundo Gomes cumpriu um dever de cidadão e usou um direito concedido pela natureza. Reagiu contra o despotismo” (CARVALHO, 2011, p. 161).

Abrantes (1996) explica que um dos motivos para essa visão de Carlota Carvalho mais favorável aos rebeldes era devido sua origem sertaneja e experiência familiar, que preservou outra memória do conflito e seus agentes. “A sua família era de origem baiana, vivendo no sul do Maranhão, região conhecida genericamente como ‘Pastos Bons’, o contato direto como o meio e com os descendentes de participantes da luta, deu a escritora uma visão mais humana do conflito e dos seus combatentes” (ABRANTES, 1996, p. 51).

Autores clássicos da Balaiada, a exemplo de Astolfo Serra, tentaram explicar as ações violentas dos rebeldes e rebater a acusação de que eram meros bandidos ávidos somente de pilhagem. Para Serra (2008, p. 19), os milhares de “caboclos” e “negros quilombolas” que pegaram em armas no Maranhão no fim do Período regencial, não devem ser considerados como meros bandidos, porque os “seus crimes, os desatinos cometidos, as violências e atrocidades foram consequências e não causa dessa guerra”.

Se atentarmos para o caso de Manuel dos Anjos Ferreira, conhecido como Balaio, que teria aderido à causa rebelde para vingar-se do estupro das suas filhas por um oficial das forças da repressão ou para reagir ao recrutamento de seus filhos, veremos que suas ações refletem uma reação à injustiça social, como afirma Hobsbawm em seu estudo sobre banditismo social. “Na grande maioria dos casos registrados, os bandidos sociais realmente começam sua carreira com alguma disputa de caráter não criminoso, com uma questão de honra ou como vítimas daquilo que eles e seus vizinhos têm na conta de injustiça” (HOBSBAWM, 2010, p. 69).

É preciso compreender que o partido conservador, na época, estava no poder tanto regional como nacionalmente, ou seja, muitos não aceitariam a rebelião com um caráter político ou que aqueles rebeldes possuíssem alguma espécie de reivindicação. Para uma historiografia tradicional, os balaio eram violentos e sem capacidade de elaborar algum ideal político, “[...] a elite podia explicar a revolta sem, contudo, admitir as razões estruturais que levaram a ela” (ASSUNÇÃO, 1998, p. 79).

É sobre essa perspectiva que Matthias Assunção contrapõe essas afirmativas que relegavam os rebeldes à categoria de bandidos, trazendo os rebeldes para uma atuação como agentes políticos também capazes de se inserirem naquele clima de instabilidade política e tensão social. “A historiografia conservadora é a que mais insiste na caracterização dos rebeldes como cruéis ‘facínoras’ ávidos de sangue” (ASSUNÇÃO, 1998, p. 80). Pois, na memória oral eles simplesmente são vistos como atores sociais que saíram do seu cotidiano para unirem-se uns com os outros, para apoiarem um movimento, no qual se sentiam vítimas do descaso. Assim, as causas dessa revolta vão muito mais além de um único motivo.

Considerações Finais

A história por muito tempo foi produzida na intenção de ressaltar os grandes feitos de determinados homens que possuíam posições privilegiadas na sociedade, e nisso omitindo o outro lado da história, aquele composto por pessoas do povo, que não preenchiam requisitos de “cidadão”¹² para os padrões da época. Assim, as produções historiográficas, principalmente as escritas até o século XIX, não contemplam a história vista de baixo, daquelas pessoas simples que com atuações coletivas desempenharam papéis importantes nos processos históricos (ALANIZ, 2013).

A Setembrada foi uma revolta de grande participação das camadas populares, um

¹²“É interessante, neste contexto, como o termo ‘cidadão’ começou a ser usado como sinônimo de ‘homem bom’, enquanto ‘povo’ ou ‘povos’ refere-se claramente aos privados de direitos políticos” (GOMES; PRIORE, 2003, p. 203).

movimento de contestação aos que eram considerados os opressores, tendo também um líder popular na figura de João Damasceno. Para as autoridades da época, o movimento foi de baderna e motivado pelo crime para agredir os portugueses em suas vidas e posses, tendo sido violentamente reprimido, com perseguição aos seus líderes.

As produções historiográficas acadêmicas desde a década de 1970 vêm trazendo novas interpretações sobre a Balaiada que apontam a participação das camadas populares, como os livres pobres e os escravos, bem como seus ideários políticos e atitudes rebeldes. Destacam principalmente o descaso do sistema vigente na época, com seu modelo excludente, que não dava condições das camadas populares suprirem suas necessidades ou tolhiam sua liberdade.

Muitos dos que lutaram em favor da Independência, após sua concretização foram excluídos, a exemplo dos escravos e livres pobres que compuseram o “exército libertador”. De outro lado, alguns grupos da elite, como fazendeiros e autoridades das áreas sertanejas também foram deixados à margem, nesse caso, do poder regional, embora mantivessem seu poder político local, e especialmente sobre os segmentos populares. No pós-independência, várias manifestações populares aconteceram na província do Maranhão, sendo a maior delas a Balaiada, uma revolta rural, sertaneja, que contou desde o início com líderes oriundos das camadas populares.

Referências

ABRANCHES, Dunshee de. **A Setembrada: a revolução liberal de 1831 em Maranhão**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da S.A. Jornal do Brasil. 1970.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Balaiada e os Balaios: uma análise historiográfica**. Monografia (Graduação em História), São Luís: Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 1996.

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. **Cantinho da História 3: Independência e República**. YouTube, 2013. 1 vídeo (18 min), son., color. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch>. Acessado em: 15 abr. 2014.

AMARAL, José Ribeiro de. **Apontamos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão**. Maranhão: Typografia Teixeira, 1898, 1900, 1906. 3v.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. **A Guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. São Luís: SIOGE, 1988.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. Histórias do Balaio. **Revista História Oral**, n. 1, 1998.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. Cabanos contra Bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão 1820-1841. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flavio (Orgs). **Os senhores dos Rios: Amazônia, margens e histórias**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2003.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia“ no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 3ª Ed. Teresina: Ed. UFPI, 2011.

CARVALHO, Estevão Rafael de. **O Bemtevi**. São Luís: Typografia Constitucional, 1838.

ENGEL, Magali Gouveia. Balaiada. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 71 - 73.

ENGEL, Magali Gouveia. Regência. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 622 – 625.

GALVES, Marcelo Cheche. Independência é traição: quase um ano após o Grito do Ipiranga, o Maranhão se mantinha fiel a Portugal e resistia, armado, à “autonomia“ que vinha do Sul. **Revista de História**, 2008. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br. Acesso em: 26 jun. 2013.

GALVES, Marcelo Cheche. Os "republicanos" do Maranhão: Independência, Confederação do Equador e a construção do Estado imperial. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri Michael Pereira. (Orgs.). **O Maranhão Oitocentista**. 2ª Ed. São Luís: Café & Lápis. Editora UEMA, 2015b, v. 2, p. 21-51.

HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **A Balaiada**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão a Monarquia**. 2ª Ed. São Luís: Editora Instituto GEA, 2008.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O Império em construção**: Primeiro Reinado e Regências. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atual, 2012.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1838 até 1840. **Revista do IHGB**, n. 10, 1848.

MEIRELES, Mário Martins (1960). **História do Maranhão**. São Luís: Siciliano, 2001.

PEREIRA, José Magno Martins. **Antilusitanismo e Lutas Políticas no Maranhão: 1820-1832**. Monografia (Graduação em História), São Luís: Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2000.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão**. São Paulo: Ática, 1983.

SCHIEFLER, Felipe Riccio. Rotas da Política: a circulação dos impressos no período da Independência (1823-1825). In: Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política. Curitiba:

Anais do III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013.

SERRA, Astolfo. **A Balaiada**. 2ª Ed. São Luís: GEIA. 2008.

SILVA, Sandro Ribeiro Araújo da. **Disputas Privadas pela Posse da Ordem Pública no Pós-independência: a Guerra dos Três Bês no Maranhão (1824)**. Monografia (Graduação em História), São Luís: Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2007.

VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VARNHAGEN, Adolfo. *História da Independência do Brasil*. Brasília: Editora do Senado, 2010 (1ª Ed. - 1916).

VELLOSO, Domingos Cadaville. **Bruciana, época horrível no Maranhão**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1825. Biblioteca Nacional – Seção de Obras Raras.

VIEIRA DA SILVA, Luís Antonio. (1862) **História da independência da província do Maranhão (1822-1828)**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. São Luís: Ed. UEMA, 2007, p. 298-308.

Recebido em: 07 de setembro de 2021.

Aprovado em: 13 de outubro de 2021.